

# **POLÍTICAS DE REGULAÇÃO EM EDUCAÇÃO: DA SUA ORIGEM NO BRASIL AO MAPA EDUCACIONAL**

Jéssica Marina Rodrigues dos Santos<sup>1</sup>, UERN, jessicamarinarodrigues@gmail.com

Arlene Maria Soares de Medeiros<sup>2</sup>, UERN, arilenemaria.medeiros@gmail.com

Eixo Temático: Política e Gestão da Educação

## **INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa busca pontuar de maneira breve como se deu o início das políticas de regulação em educação no Brasil, compreendendo sua origem e como tal modelo avaliativo influencia na política de gestão da educação do município de Mossoró (RN).

As discussões abordadas são de natureza bibliográfica e possuem o fio condutor os pensamentos dos seguintes autores: AMANCIO (2014); BARROSO (2006); AFONSO (2008), que nos possibilitam a entender o processo de regulação na educação dentro de um contexto social, político e econômico, notadamente neoliberal, sem esquecer que a defesa do direito à educação se faz imprescindível.

## **MECANISMOS DE REGULAÇÃO EM EDUCAÇÃO: UM BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO**

O Brasil oficializou o discurso de qualidade em uma dimensão quantitativa com o Instituto de Pesquisas Educacionais (INEP) no final do século XX, solidificando uma perspectiva estatística aplicada à educação, imprimindo gradativamente a lógica neoliberal, forjado em um discurso de qualidade baseada na busca por resultados. Tal modelo é influenciado pela Organização para o Crescimento e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1990 que é internacional e intergovernamental, que pressionava o país através da dívida externa, tal pressão resultou na aceitação de suas determinações de implementação do modelo neoliberal de administração dos serviços públicos (AMANCIO, 2014).

Tal modelo administrativo trouxe consigo um marco de uma sociedade contratual e regulada por indicadores sintéticos da qualidade, que visam o alcance de resultados, alinhados com a política internacional de avaliações externas: o programa Todos Pela Educação, que

desde o seu slogan já traz em si uma lógica de responsabilização, por tratar-se de um compromisso em que a sociedade firma com o governo, sobretudo os profissionais da educação.

Posterior a tais programas, o que mais se destacou em nossa concepção na realidade da política de regulação em educação foi o Plano Nacional da Educação (2014-2024) implementado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, nos apresenta a qualidade como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), instituindo um panorama de metas do índice a serem cumpridas no intervalo de 10 anos, em relação à Meta 07 assumindo um compromisso em atingir as metas do IDEB nas dimensões da Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental, Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, com isso elenca 36 estratégias propostas para alcançá-las, configurando-se em uma das metas mais complexas do plano. Dessa forma, o discurso oficial reafirma o que compreende e estipula como qualidade para a educação brasileira enquanto uma nota, que combina dados de proficiência em conhecimentos elementares de Língua Portuguesa (Leitura e interpretação de texto) e Matemática (Resolução e interpretação de problemas) provenientes da Prova Brasil, somado às taxas de rendimento. Pode-se compreender, portanto, o Estado brasileiro redimensionando suas funções de regulação das políticas públicas, tornando-se avaliador de uma qualidade quantitativa, baseada nos índices, mapas e planos implementados.

O município de Mossoró (RN) a fim e assegurar melhoria nos indicadores educacionais externos vem, nos últimos anos, adotando o Mapa Educacional como um instrumento de registro dos indicadores que sistematizam os resultados da qualidade do ensino da Rede Municipal, vigente no artigo 9º da Lei Municipal nº 2.714/2010 – Lei de Responsabilidade Educacional (LRE) –, que institui o Mapa e dá outras providências. O Mapa Educacional é construído anualmente pelas escolas desde 2009, mas sua primeira premiação divulgada aconteceu em 2010, seguindo os indicadores da Secretaria da Educação para nortear a criação de metas, visando, segundo este documento, a qualidade de ensino.

Durante o ano letivo, a equipe escolar desenvolve projetos de atividades correspondentes ao Mapa Educacional e reúne estas atividades, construindo um dossiê, que é encaminhado à Secretaria Municipal de ensino para análise por equipe designada pela Diretoria Executiva Pedagógica. Avaliados os dossiês, a prefeitura premia em dinheiro as unidades que “melhor” se qualificaram; as escolas que são tituladas nos primeiros e segundos lugares recebem o “selo escola de qualidade”.

O município de Mossoró-RN investiu em um modelo de Política Educacional como estratégia de mobilização e incentivo à qualidade da educação, criando mecanismos de controle

e avaliação com foco na publicização dos resultados e premiações. Nesse sentido, Afonso (2008) registra importantes contribuições e estudos sobre as várias fases do Estado-Avaliador nas políticas públicas da Educação mundial, ressaltando que:

Radicando, com mediações mais ou menos evidentes, nas tendências hegemônicas decorrentes de uma agenda global mais ampla, a que não é indiferente o papel das organizações internacionais e supranacionais, o facto é que, nas últimas duas décadas e meia, pelo menos nos países capitalistas ocidentais, as políticas de avaliação foram ganhando um carácter relativamente indiferente às concepções político-ideológicas de diversos governos, alcançando, em decorrência disso, uma certa imunidade ou indiferença às realidades e especificidades nacionais em que os diferentes dispositivos avaliativos se têm instalado e desenvolvido (AFONSO, 2008, p. 14).

Tal imunidade e indiferença ao tema tende a provocar novos desdobramentos ao campo, fortalecendo que a avaliação e seus indicadores podem ser o meio mais confiável de fazer valer as melhorias desejáveis na educação brasileira. O padrão de qualidade com base nos resultados das avaliações externas sofre alargamento em suas proposições tendo atualmente no Brasil uma forte proliferação de sistemas próprios de avaliação de Estados e Municípios.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo nos possibilitou compreender que os processos de regulação existem as formas locais de apreensão das políticas públicas, as escolas se configuram como espaços de interpretações e implementações distintas dessas políticas. O Mapa Educacional se localiza nessa realidade enquanto um mecanismo de regulação da educação, que avalia e bonifica monetariamente, fortalecendo os modelos de avaliação nacional influenciada historicamente por organismos internacionais que nos empurram para uma lógica de administração neoliberal.

Neste sentido, a política educacional mossoroense está atrelada aos valores do mercado, comprometendo a cultura escolar que pode estar sendo modificada e condicionada a atender os critérios do Mapa Educacional, imprimindo dentro da escola uma realidade avaliativa baseada nos efeitos mercantis de eficiência, eficácia e produtividade.

É necessário destacar que precisamos de um modelo de regulação das políticas educacionais que defenda e fortaleça a escola pública, a cidadania e os direitos humanos, em condições de equidade, inclusão e igualdade de oportunidades. Sabe-se que o trabalho não conclui aqui, servindo de mola propulsora para futuras pesquisas na área de Políticas e Gestão da Educação. A área é bastante profícua para pesquisas e estudos que aprofundem políticas educacionais locais, de modo a evidenciar seus avanços e/ou retrocessos na garantia da escola pública, laica de qualidade.

## **REFERÊNCIAS**

AMÂNCIO, M. H.. Do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação à Escola: ação política e autonomia no direito à educação. **In: IV Congresso Ibero-americano de Política e Administração da Educação/VII Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação**, 2014, Porto.

AFONSO, A. J. Para uma crítica da avaliocracia. **OPS! Revista de Opinião Socialista, Lisboa**, n. 2, nov. 2008.

BARROSO, J. (org.). A regulação das Políticas Públicas de Educação: espaços, dinâmicas e actores. VISEU, S. (colab.). **Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação**, 2006.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005.

BARROSO, J. Políticas Educativas e Organização Escolar. **Lisboa: Universidade Aberta**, 2005.

BARROSO, J. e Dinis, L. e Macedo, B. e Viseu, S. A Regulação Interna das Escolas: Lógicas e Actores. In: Barroso, João (orgs.) (2006). **Lisboa: Educa/Unidade de I&D em Ciências de Educação**, 2006.